

Coluna do Castello

Pacote posto sob controle

Brasília — As declarações do Presidente Figueiredo no programa *O Povo e o Presidente* mereceram destaque diverso nos jornais. Enquanto uns deram prioridade, nos títulos e no texto, à afirmação de que o pacote irá ferir muita gente e que vai doer, outros preferiram dar ênfase à afirmação de que a crise não deve afetar a democracia.

Que medidas restritivas afetam interesses e vão doer, é o óbvio. Da natureza das providências para enfrentar problemas da gravidez desse com que se defronta o país, espera-se que se submetam interesses de pessoas e grupos ao interesse nacional. O sacrifício abrangerá a escala mais ampla da sociedade. Importante, portanto, é que o Presidente tenha alertado a nação para seu propósito de "contornar, atravessar ou saltar muitos obstáculos da nossa situação econômica, para não estacionar a nossa marcha democrática".

Ajusta-se, assim, na mente presidencial, o dever de combater a inflação e solucionar os problemas suscitados pelo endividamento externo com seu compromisso democrático. "A crise econômica", acrescentou, "as dificuldades econômicas podem comprometer a tranquilidade social do país, essencial para um avanço democrático. Mas eu não vou aceitar isso e estou certo de que o povo brasileiro não vai admitir que isso aconteça".

Não poderia ser mais claro o Presidente da República ao antecipar a fundamentação doutrinária a que submete as medidas de emergência destinadas a atender a uma difícil conjuntura econômica. O assunto escapou do diagnóstico e da terapêutica exclusiva dos tecnocratas e incluiu-se no âmbito de um programa político e social, que representa o compromisso prioritário do Presidente com o povo.

Pode ser que essa não seja a solução ideal para os economistas ou que as medidas se tornem insuficientes para atender a exigências do Fundo Monetário Internacional e dos nossos credores externos. Mas o Presidente dispõe-se aparentemente a enfrentar esses percalços e impor o que lhe parece ser o interesse do país nas negociações para saldar compromissos externos, dos quais não fugimos mas que seriam atendidos conforme a ótica da sobrevivência nacional.

O Governo autoritário e tecnocrático evolui sensivelmente para uma nova avaliação dos seus objetivos e da sua estratégia. No fundamento dessa revisão, certa ou errada, estariam provavelmente o desencanto com o malogro de pacotes anteriores e a advertência de empresários e políticos de que há alternativas que não sejam a submissão total e exclusiva à listagem de conduta elaborada pelos banqueiros estrangeiros. O Brasil não pensa em negar a dívida nem em fugir aos seus compromissos, mas pretende condicionar o atendimento desses compromissos a medidas que não estrangulem social e economicamente o país nem lhe retiram perspectivas de prosperidade num futuro próximo.

É evidente que no Palácio do Planalto uma assessoria concorrente operou junto ao Presidente Figueiredo para modificar tendências anteriores. Não se trata ainda de convocar a Oposição e as forças sociais atuantes para um exame conjunto da situação mas parece claro que fatores políticos a que não são estranhos interesses aludidos estão modificando a estratégia econômica, cuja discussão transcende as reuniões privadas dos Ministros do Planejamento e da Fazenda e do presidente do Banco Central.